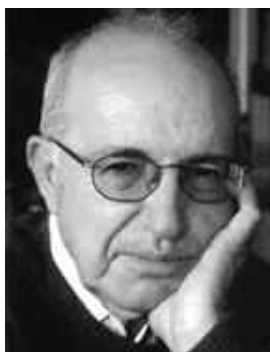


DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



COELHO, António Borges (Murça, 1928)

Natural de Murça, filho de um guarda-fios, o terceiro de seis irmãos, é aí que, em 1940, conclui os estudos elementares. Ingressa de seguida no seminário franciscano de Montariol, Braga, donde será expulso em 1945, acusado de organizar uma fuga colectiva, animado por leituras ímpias, diziam, de obras de autores como Balzac ou Eça de Queirós, que não fizera, mas pretendia fazer. De regresso a Murça, a dura realidade local faz evoluir a sua consciência social e política. Com o liceu mais próximo em Vila Real, é como aluno autoproposto que conclui os estudos liceais em Setembro de 1948. No mês seguinte, já em Lisboa, inscreve-se na Faculdade de Direito. Foram meses de grandes dificuldades e privações, subsistindo mercê da solidariedade de amigos até conseguir um emprego modesto na Junta Autónoma das Estradas.

A campanha presidencial de Norton de Matos em Janeiro-Fevereiro de 1949 arrebatou-o. Envolve-se entusiasticamente e, insatisfeito com o curso de Direito, quer desistir dos estudos. Dissuadido, matricula-se no curso de Histórico-Filosóficas da Faculdade de Letras no ano lectivo de 1949-50. Adere aí ao MUDJ, Movimento de Unidade Democrática Juvenil. Conclui o primeiro ano e, frequentando o segundo, abandona o curso para se dedicar por inteiro à actividade do MUDJ, de que se torna dirigente. Em 1952, numa manifestação contra uma reunião em Lisboa do Pacto do Atlântico é preso pela primeira vez, prisão breve nas esquadras da polícia. Em Janeiro de 1956 é novamente preso. Era então, havia seis meses, funcionário clandestino do PCP a actuar no MUD Juvenil. Depois de passagens pelas cadeias do Aljube de Caxias e pelas prisões privativas da PIDE no Porto é julgado em Dezembro de 1956 e condenado a dois anos e nove meses de prisão, suspensão dos direitos políticos por quinze anos e medida de segurança por período não inferior a seis meses, sucessivamente prorrogável. É a iniquidade desta medida que explica que, quando libertado condicionalmente em Maio de 1962, a sua pena há muito expiara, cumprindo assim mais do dobro do tempo de prisão a que fora condenado. Casa aliás na prisão, com Isaura Silva, em 1959, que conhecera nas lides do MUD Juvenil dez anos antes.

Enviado para cumprimento de pena no forte de Peniche, é colocado no piso superior do Pavilhão C, para onde eram enviados os presos considerados de maior perigosidade política. É aí que conhece e contacta com Álvaro Cunhal e outros dirigentes comunistas. Sob um regime prisional particularmente duro, aproveitavam o período de uma hora diária em que era tolerado algum contacto entre os presos, assim como a leitura de jornais. Para além disso, e com restrições, a direcção da cadeia autorizava a entrada de



alguns livros, um a um necessariamente.

É neste quadro, por finais de 1957, que António Borges Coelho redescobre o interesse pela História. Lê as crónicas de Fernão Lopes, designadamente a de D. João I, com prefácio de António Sérgio; *“História da Administração Pública em Portugal dos séculos XII a XV”*, de Henrique Gama Barros; *“História da Sociedade Portuguesa no século XV”*, de António Costa Lobo ou *“Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História”* de Silva Marques. Das leituras tomava abundantes notas e os livros circulavam depois por outros presos, estabelecendo-se discussão em torno dessas leituras. Álvaro Cunhal, por exemplo, transferido do isolamento da Penitenciária de Lisboa, trouxera consigo o manuscrito de *“As Lutas de Classes em Portugal nos fins da Idade Média”*, que Borges Coelho lera e discutira e que, na altura, tanto o influenciara. O interesse em torno da História desenvolvia-se naquele contexto difícil. Era uma espécie de grupo de estudos históricos a funcionar dentro da cadeia.

Quando se prepara a fuga de Peniche, que viria a ocorrer em Janeiro de 1960, Borges Coelho, convidado, aceita com a condição de retomar a sua vida – queria estudar, investigar – mesmo que no estrangeiro, recusando tornar-se funcionário clandestino do PCP. Viria a ser libertado só dois anos e meio depois, sofrendo o endurecimento prisional e o confisco dos seus apontamentos e escritos, que só podia consultar em condições difíceis. Consigo traz, a custo, exigindo, esses papéis, que lhe permitirão tão rapidamente começar a publicar. Na verdade, havia já retomado o curso de Histórico-Filosóficas em 1961-62, ainda sob prisão, que prossegue nos anos seguintes, vindo a licenciar-se em 1967 com a tese *Leibnitz, o homem, a teoria e a ciência*. Nestes anos, enfrenta as dificuldades de obter um emprego estável e vive sobretudo como explicador, tradutor e também jornalista.

Mas é nesta fase, com o curso por concluir, que publica *Raízes da Expansão Portuguesa*, em 1964 e *A Revolução de 1383*, em 1965, obras centrais na sua produção historiográfica. *Raízes da Expansão portuguesa* será rapidamente proibido, sendo, a propósito, inquirido pela PIDE que entendia tratar-se de uma obra que aviltava a História nacional, caluniava heróis e santos, denegria a imagem internacional do país. Estas duas obras exprimiam uma intenção clara que, em pavor longo, se enraizava nas conversas e debates sussurradas de Peniche, em particular com Álvaro Cunhal, como se de um acarinhado projecto de investigação se tratasse – a análise do período histórico da revolução de 1383 ao estabelecimento da rota do Cabo, ou, se quisermos, o modo como, entre nós se operou a transição entre o feudalismo e o capitalismo, acompanhando o debate internacional que se desenvolvia sobre esta matéria, principalmente entre Maurice Dobb e Paul Sweezy.

Sem condições para desenvolver trabalho de arquivo, as grandes fontes primárias a que recorre foram as crónicas de Fernão Lopes, em particular a de D. João I, fundamental para a compreensão do processo revolucionário de 1383, com a sua narrativa entusiástica, reflectindo o pulsar colectivo, traçando um galvanizante fresco da época, registando a alegria e o tumulto da rua, dando voz aos ventres ao sol, à malta dos campos, aos mesterais, urdindo a aliança dos de baixo contra uma nobreza enfraquecida e afrontada. Deste modo, Borges Coelho traz à luz da História o papel das classes populares e da burguesia



emergente, na pluralidade dos seus estatutos, uma nova geração de gentes que se prepara para moldar uma outra era, aberta por aquela primeira revolução burguesa. As duas primeiras obras de Borges Coelho são como que unidas por uma intenção explicativa radicada justamente na necessidade de aprofundar através das raízes da expansão, o novo mundo que a revolução de 1383 abria. Em *Raízes da Expansão Portuguesa* firma justamente a tese do triunfo de uma burguesia que se virava para o mar, que se apoiava num saber antigo, vivido e socialmente transmitido, que se demarcava de uma cultura medieval substancialmente constrangedora dos desafios que esse empreendimento implicava, condicionando objectivamente o impulso mercantil e favorecendo uma visão guerreira, suporte de um expansionismo territorial. É a tensão e a disputa entre estas duas correntes que se reflecte na obra.

Nesta linha, entroncava uma segunda preocupação historiográfica de Borges Coelho, que resultava afinal de perceber quem havia culturalmente legado o saber que facilitou a dianteira da expansão marítima. A indagação a que procede leva-o à longa presença islâmica no território ocupado por Portugal. O interesse pelo tema adensa-se quando volta a frequentar a Faculdade de Letras. Era uma inquietação que resultava afinal da estranha situação de, depois de séculos de presença muçulmana como cultura dominante, não terem ficado quaisquer vestígios, como asseverava uma das mais eminentes professoras da Faculdade do seu tempo, como se uma espécie de apocalipse tivesse soterrado fundo todo esse passado. E foi ainda enquanto estudante que começou a ler, a investigar, a traduzir, a sistematizar informação referente ao passado muçulmano e que conduz, alguns anos depois, à publicação, entre 1972 e 1975, dos quatro volumes de *Portugal na Espanha Árabe*. Tratava-se, à época de uma verdadeira revelação, uma espécie de janela que se abria para o lado de lá da historiografia oficial, uma janela que apenas havia sido entreaberta por Alexandre Herculano e, muitos anos depois, por David Lopes e que, mesmo praticamente marginal, como que se eclipsara depois. Por essa janela se acedia aos poetas, filósofos, geógrafos, cronistas muçulmanos, às rotas culturais por onde esse saber circulava, conectado nas suas especificidades com o vasto mundo islâmico. Porém, a obra é substancialmente mais do que uma mera colecção desse saber e desses vestígios, já de si fundamental dado o desconhecimento histórico do período; é a fundamentação, o quadro mais geral a partir do qual era possível estabelecer de modo consistente, a revalorização desse legado, que, mantido como resistência, contribui para um novo sentido de modernidade.

Comunas ou Concelhos, de 1973, surge, neste contexto, como que mais uma peça colocada no quadro interpretativo que persegue. Se o legado muçulmano criara condições para a dianteira expansionista num contexto de desenvolvimento do comércio internacional, o universo concelhio representava em muitas circunstâncias um espaço de florescimento burguês, cuja autonomização face aos poderes feudais configurara espaços de liberdade, geridos pela comunidade dos homens bons que se viriam a instituir por reconhecimento, e não por outorga régia, face a uma realidade que o precedia e que resultava justamente da afirmação da burguesia num processo que arrancava de baixo. O quadro interpretativo era assim tão original e estimulante, quanto polémico, vindo o derrube da ditadura a criar condições para que o debate se pudesse travar, aceso, mas livre de constrangimentos.



Logo depois do 25 de Abril de 1974, António Borges Coelho, proposto numa assembleia de estudantes, toma posse como professor auxiliar convidado à Faculdade de Letras de Lisboa. Rege a partir de então uma grande diversidade de cadeiras e seminários de História Moderna, com espírito aberto, fomentando o debate, estimulando o estudo, sendo estimado por gerações de alunos. Integra diferentes órgãos da Faculdade e a direcção de unidades de investigação, dirige a revista *História e Sociedade*. As suas obras são sucessivamente reeditadas, incorporando-lhes novos elementos, resultante da investigação em novas condições. E continua a editar – *Questionar a História*, por exemplo, com ensaios por onde regressa às suas temáticas de sempre com renovado entusiasmo, fosse a génese do saber científico em Garcia de Orta ou o pensamento de Bento de Espinosa. O estudo, suscitando as ligações de Espinosa a Portugal, condu-lo à indagação acerca do papel da comunidade judaica na cultura portuguesa e do modo como o desenvolvimento, que esse contributo poderia ter facultado, se transferiu para o norte da Europa, por efeito do ímpeto cerceador de que a Inquisição foi instrumento fundamental. Daqui decorre o seu projecto inicial de doutoramento – *Os cristãos novos portugueses na primeira metade do século XVII e Bento Espinosa*, que, dada a dimensão que comportava, se ajusta no estudo “*A Inquisição de Évora. Dos primórdios a 1668*”, que defende em Fevereiro de 1986. Deslocando-se no tempo e aparentemente noutra direcção, é, no entanto, o mesmo interesse, o mesmo fascínio em torno dos temas silenciados pela historiografia dominante. Apoiado na análise quantitativa e no conteúdo dos processos da Inquisição de Évora, traça um quadro da instituição, do seu aparelho orgânico, das suas receitas e despesas, dos mecanismos e modos de funcionamento, para, de seguida, fazer ressoar como que a voz das suas vítimas, os seus gritos e as suas dores, donde vêm, quem são e como nesse conjunto se destaca o grupo dos cristãos-novos, a perseguição às gentes dos ofícios e das actividades mercantis. À política continuada da Inquisição pela perseguição, pelo terror, pela diáspora, imputou Borges Coelho um factor do atraso cultural e do subdesenvolvimento económico do reino.

Em 1991 presta provas de agregação com uma lição sobre João de Barros, historiador da Ásia e em 1993 alcança o grau de professor catedrático, jubilando-se em 1998, proferindo a última lição sobre o tema Lisboa na primeira metade do século XVIII, tema que sempre lhe foi particularmente caro. Nunca deixando de publicar, edita obras que de algum modo se vão relacionando com o intenso percurso académico – *Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*, em 1986; *Tudo é mercadoria. Sobre o percurso e obra de João de Barros*, em 1992, uma biografia de João de Barros, em 1997, ao mesmo tempo que continuam a sair novos volumes de *Questionar a História*, com ensaios, em 1994 e 1996. Já depois de jubilado inicia, em 2010 a publicação de uma *História de Portugal* de que em 2015 foi editado o 5º volume, a coroar uma velha e legítima vontade.

Pela sua obra passam os de baixo, as classes populares, os marginalizados e perseguidos tornados actores sociais colectivos. A influência marxista encarada deste ponto de vista era notória, se para mais não bastasse a própria opção política e ideológica que o levava à prisão. Todavia, muito mais próximo das grandes questões sociais e políticas, como que procurando uma relativa autonomização face a uma história



económica, tão ao gosto de um marxismo esquematicamente determinista, aliás sem expressão na historiografia portuguesa. António Borges Coelho assumindo essa poderosa influência do marxismo não se considera a si próprio como um historiador marxista, rejeitando uma categorização não só excessiva como muitas vezes preconceituosa. Marxista, sim ao reconhecer e incorporar a importância e a influência da obra de Marx sobretudo pela utilidade conceptual com que contribuiu para o aprofundamento da História e das outras ciências sociais e para abertura de novos continentes do conhecimento, como reconhece. Ao carácter constrangedor do determinismo económico, prefere opor os grandes quadros sociais e humanos, onde os homens, na sua diversidade, são os construtores do devir histórico. Nesse sentido, foi sempre sensível ao diálogo entre o marxismo e as correntes, como a dos *Annales*, que quiseram, numa perspectiva globalizante renovar a História, não deixando de fora nenhum terreno de análise e estabelecendo uma interacção permanente entre as diferentes escalas e expressões de integração social. O rigor colocado no seu trabalho de historiador leva-o a ampliar o conceito de fonte histórica, a procurar no cruzamento dos documentos de diverso suporte, a clareza e a vivacidade da narrativa que constrói. Muito do evidente fascínio por Fernão Lopes radica justamente aí, como sustentou na polémica que travou a propósito da Revolução de 1383, bem como reflecte o enorme respeito por Alexandre Herculano.

António Borges Coelho tem querido ao longo do seu percurso como investigador e como professor desmontar muitos dos nossos grandes mitos históricos, como a da expansão enquanto cruzada contra o Islão ou o fervor das instituições eclesiásticas que invocavam a fé, mas, enriquecendo, espalhavam o terror e a morte, retardando o curso da modernidade. Como muitas vezes referiu, ao desmontar esses mitos evitou sempre repetir o que uma espécie de senso comum historiográfico tomava por adquirido e observou sobretudo para lá dos níveis de poder, para os que em baixo faziam, colectivamente, mover a História. O carácter problematizante, desafiador da imutabilidade das grandes sínteses, conferem-lhe a vibração da contestação, da polémica, que sempre o acompanhou, como reflexo da contradição que faz mover a vida e, nesse contexto, sempre tomou partido, assumindo que na cabeça do historiador não há o vácuo da esterilização absoluta, mas a tensão permanente entre o distanciamento e as emoções, o pulsar do coração do homem e do cidadão, como sempre se assumiu.

Bibliografia Activa: *Raízes da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Prelo, 1964, 1973, 1976, 1979, 1985; *A Revolução de 1383. Tentativa de caracterização*, Lisboa, Portugália Editora, 1965, 1975, 1977, 1981, 1984; *Alexandre Herculano*, Lisboa, Editorial Presença, 1965; *Leibnitz. O homem. A Teoria da Ciência*, Lisboa, Horizonte, s.d. [1969]; *Portugal na Espanha árabe*, 4 vols, Lisboa, Seara Nova, 1972-75, 1989, 2008; *Comunas ou Concelhos*, Lisboa, Prelo, 1973, 1986; *Questionar a História. Ensaio*, Lisboa, Caminho, 1976; *Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*, Lisboa, Caminho, 1986; *Inquisição de Évora. Dos Primórdios a 1668*, Lisboa, Caminho, 1987, 2002; *Clérigos, mercadores, judeus e fidalgos. Questionar a História II*, Lisboa, Caminho, 1994; *O tempo e os homens. Questionar a História III*, Lisboa, Caminho, 1996; *João de Barros. Vida e obra*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações



dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa 1997; *Cristãos-Novos, Judeus e os Novos Argonautas. Questionar a História IV*, Caminho, Lisboa, 1998; *Política, Dinheiro e Fé. Questionar a História V*, Lisboa, Caminho, 2001; *O Vice-Rei Dom João de Castro*, Lisboa, Caminho, 2003; *Ruas e Gentes na Lisboa Quinhentista*, Lisboa, Caminho, 2007; *A morte do Inquisidor-Geral. Questionar a História VI*, Lisboa, Caminho, 2007; *História de Portugal, vols. I a V*, Lisboa, Caminho, 2010-15 (I *Donde viemos*. II. *Portugal Medieval*, III. *Largada das Naus*, IV. *Na Esfera do Mundo*, V. *Os Filipes*).

Bibliografia Passiva: *António Borges Coelho e o seu tempo. Exposição Bibliográfica*, Lisboa, FLUL, 1998; António Dias Farinha, José Nunes Carreira e Vítor Serrão (Coordenação de), *Uma vida em História. Estudos em homenagem a António Borges Coelho*, Lisboa, Caminho, 2001; José Neves, *Comunismo e nacionalismo em Portugal*, Lisboa, Tinta da China, 2008; AAVV, *António Borges Coelho. Procurar a luz para ver as sombras*, Vila Franca de Xira, Museu do Neorealismo, 2010.

João Madeira



APOIOS:

